



**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 94 , DE 25 DE AGOSTO DE 2022**

Altera dispositivos do Código Tributário Municipal.

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º e renumerado o parágrafo único para § 3º, no art. 36 da Lei Municipal nº 2.310, de 16 de dezembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36.....

.....

*§ 1º A comprovação do requisito previsto no inciso II será realizada com a apresentação de apenas um único comprovante com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, observando-se o disposto no art. 40.*

*§ 2º Para efeito de aplicação do disposto no inciso III, será considerado um único imóvel a propriedade de apartamento e box em condomínio edilício, ainda que os bens se encontrem registrados em matrículas separadas, mas para o cálculo da metragem máxima autorizada para concessão do benefício considerar-se-á a área total somada de ambos.*

*§ 3º Para efeito de aplicação do disposto neste artigo, entende-se como área da casa, do apartamento e do box a área total construída constante no carnê do IPTU.”*

Art. 2º Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º e renumerado o parágrafo único para § 3º, no art. 37 da Lei Municipal nº 2.310, de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.....

.....

*§ 1º A comprovação do requisito previsto no inciso II será realizada com a apresentação de apenas um único comprovante com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, observando-se o disposto no art. 40.*

*§ 2º Para efeito de aplicação do disposto no inciso III, será considerado um único imóvel a propriedade de apartamento e box em condomínio edilício, ainda que os bens se encontrem registrados em matrículas separadas, mas para o cálculo da metragem máxima autorizada para concessão do benefício considerar-se-á a área total somada de ambos.*

*§ 3º Para efeito de aplicação do disposto neste artigo, entende-se como área da casa, do apartamento e do box a área total construída constante no carnê do IPTU.”*



**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º Fica alterado o § 1º do art. 38, da Lei Municipal nº 2.310, de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 38.....*

*.....*

*§ 1º O contribuinte que pleitear redução no valor do imposto com base neste artigo, deverá possuir renda bruta mensal total de até 09 (nove) salários-mínimos, na hipótese de haver um único deficiente. A partir do segundo deficiente, a renda mencionada poderá ser acrescida de mais 06 (seis) salários-mínimos por deficiente. A comprovação de renda será realizada com a apresentação de um único comprovante de renda com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, observando-se o disposto no art. 40.*

*....."*

Art. 4º Fica renumerado o art. 40-B para 40-C e dada nova redação ao art. 40-B, na Lei Municipal nº 2.310, de 2009, passando a vigorar com os seguintes dispositivos:

*"Art. 40-B. Entende-se por contribuinte possuidor, para fins de redução do IPTU, apenas o sujeito passivo da exação (art. 25, do Código Tributário Municipal) constante do cadastro imobiliário do Município, que eleja domicílio tributário no imóvel para o qual o benefício é pleiteado.*

*§ 1º O conceito de contribuinte possuidor engloba, também, o titular de direitos provenientes da Lei Municipal nº 1.126/1997.*

*§ 2º Na hipótese de pluralidade de imóveis no território do Município, a redução do tributo só atingirá um único bem eleito pelo contribuinte como sendo o seu domicílio tributário (art. 127, do Código Tributário Nacional).*

*§ 3º Para os fins específicos visados por esta Lei, fica autorizado o contribuinte a declarar o seu domicílio tributário em imóvel constituído apenas de terreno quando não possuir outro imóvel no Município.*

*§ 4º Em havendo copropriedade no bem objeto do pedido, o direito à redução é restrito à fração pertencente ao contribuinte possuidor que atenda às condições indicadas em lei para concessão do benefício.*

*Art. 40-C. Os procedimentos a serem adotados para a aplicação plena das exigências dessa Seção obedecerão também as normas a serem estabelecidas em regulamento.*

*....."*



**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Barbosa, ~~25 de agosto de 2022.~~

  
Everson Kirch,  
Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.





**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 94 , DE 25 DE AGOSTO DE 2022**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhora Presidente, Senhores Vereadores:

Estamos encaminhando aos nobres Edis Projeto de Lei que solicita autorização para alterar dispositivos do Código Tributário Municipal.

O presente Projeto solicita tais alterações visto que a redução do IPTU é um benefício que já existe e a atualização da legislação é necessária para tornar objetiva a análise da documentação entregue.

Tal deliberação partiu da Comissão de Avaliação para fins de Redução de IPTU, a qual entendeu aperfeiçoar a legislação evitando assim duplicidade na interpretação da norma tributária.

Pelo exposto, solicitamos aos senhores a apreciação e aprovação deste Projeto em regime de urgência, em conformidade com o **caput** e §§ 1º e 2º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

Carlos Barbosa, 25 de agosto de 2022.

Everson Kirch,  
Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.